*FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO — PROCURADOR — COBRANÇA DA DÍ-
VIDA ATIVA*

— A percentagem atribuída aos procuradores do Estado de São Paulo, sobre a cobrança da dívida ativa, constitui parte variável adicionada aos seus vencimentos, extensível aos inativos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Sylvio Egydio de Oliveira Carvalho e Fazenda Nacional *versus* os mesmos
Apelação cível nº 224 789 — Relator: Sr. Desembargador
CARLOS ORTIZ

ACÓRDÃO

Visto, relatados e discutidos estes autos de apelação cível nº 224 789, da comarca de São Paulo, em que é recorrente o Juízo *ex officio*, sendo apelantes e reciprocamente apelados Sylvio Egydio de Oliveira Carvalho e a Fazenda do Estado.

Nega-se provimento ao recurso oficial e ao da Fazenda do Estado e dá-se provi-

mento à apelação do autor, a fim de elevar os seus honorários advocatícios, devidos pela ré, a 10% sobre o que se apurar em execução.

Não merecem, com efeito, prosperar os apelos necessario e da Fazenda do Estado.

É hoje iterativo neste Tribunal o entendimento de que, em face das disposições do Decreto-lei nº 171, de 22.12.1969, e

do art. 9º do Decreto-lei Complementar nº 11, de 2.3.1970, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º, nº II, do Decreto-lei Complementar nº 13, de 25.3.1970, a participação percentual fixa no acréscimo à dívida ativa do Estado inscrita para cobrança judicial e nos honorários obtidos pela Fazenda do Estado, nos feitos judiciais, concedida pelo art. 18 da Lei nº 10 168, de 11.7.1968, aos Procuradores do Estado, não constitui mero adicional ou gratificação *pro labore faciendo* e sim autêntica parte variável adicionada ou incorporada ao vencimento, daí a sua extensão aos inativos. O que se entende, em suma, é que, vedada pela Constituição Federal a participação dos servidores públicos no produto da arrecadação, teve a Administração que considerar, por meio dos aludidos diplomas, aquelas cotas como vantagem, incorporada aos vencimentos, típico aumento decorrente de medida geral, extensiva aos proventos dos inativos na mesma proporção, *ex vi* do art. 92, nº X, da Constituição do Estado RT 435/145; *Revista de Jurisprudência do Tribunal de São Paulo*, Lex, 13/139, 17/178, 18/126, 19/88 e 113, 20/136, 21/280 e 22/219.

De outra parte, como também se tem assentado, predominantemente, neste Tribunal, as diferenças reclamadas são devidas desde a vigência da Lei nº 10 168, cujo art. 18, como já foi dito, criou autêntica parte variável, incorporada aos vencimentos dos Procuradores do Estado, tanto que o art. 19 cuidou de declarar incorporadas as cotas aos vencimentos para o efeito de aposentadoria e disponibilidade. As leis posteriores, simplesmente, interpretaram a Lei nº 10 168, para esclarecer, como se acentua em aresto da 1ª Câmara Civil, "que a vantagem foi dada a título do majoração de vencimentos e a ela todos os inativos têm direito, nos termos do art. 92, nº X, da Constituição do Estado. Se o

próprio Executivo considerou como aumento de vencimentos a concessão de cotas, é óbvio que os atrasados não de ser pagos desde a lei que outorgou o aumento, isto é, a Lei nº 10 168 e por força do dispositivo constitucional já mencionado. O Decreto-lei Complementar nº 13 tem assim o efeito necessariamente retroativo, uma vez que deu ao aumento estabelecido pela lei anterior o seu verdadeiro caráter de simples aumento de vencimentos" (relator o Des. Pacheco de Mattos, apelação cível nº 199 663).

Tornou-se vencedora tal orientação neste Tribunal (*Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo*, Lex, 19/98, 21/186 e 22/219), inclusive na Seção Civil, em vários recursos de revista, desde o de nº 200 470, relator o Des. Young da Costa Manso.

A apelação do autor, outrossim, merece guarida, a fim de se elevar a verba honorária para 10% sobre o que for apurado em execução. Trata-se de percentual de praxe em tal modalidade de demanda, sempre aceito por esta Corte, de vez que dá a justa compensação ao advogado do funcionário vencedor da causa, na exata proporção com o proveito obtido por seu constituinte. A verba arbitrada na sentença, Cr\$ 500,00, é inexpressiva, totalmente distanciada do valor da condenação, bem mais elevado que o dado à causa somente para os efeitos fiscais.

Ante o exposto: Acordam, em sessão da 5ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, negar provimento ao recurso *ex officio* e à apelação da Fazenda do Estado, e dar provimento à apelação do autor, a fim de elevar os honorários advocatícios a 10% sobre o que for apurado em execução. Custas na forma da lei.

São Paulo, 21 de setembro de 1973. Dantas de Freitas, pres. Carlos Ortiz, relator. Penido Burnier, vencido com a seguinte declaração de voto: Trata-se de ação movida

por Procurador do Estado aposentado, que pretende a incorporação a seus proventos da vantagem concedida pela Lei nº 10 168, de 11.7.1968, art. 18, desde a vigência deste diploma, e que obteve ganho de causa, tendo apelado para obter majoração da verba honorária. Já a Fazenda do Estado pretende, por via de seu apelo, a improcedência do pedido, ou sua concessão a partir da vigência do Decreto-lei nº 171, de 1969, ou do de nº 13, de 1970.

O art. 18, na realidade estabeleceu uma vantagem *pro labore faciendo*, restrita aos servidores ali enumerados, expressamente, estabelecendo normas para o seu cálculo, bem como que somente para fins de aposentadoria ou disponibilidade haveria a incorporação, na base do percebido nos últimos seis meses anteriores. Se o servidor deixasse o exercício, perderia a vantagem, na inatividade.

Tratou-se, portanto, de uma vantagem especial que, à míngua de referência específica, não poderia aplicar-se aos servidores inativos.

A interpretação literal feita pelo acórdão certificado a fls., *data venia*, é defeituosa. É preciso não esquecer que a rubrica da lei, embora importante para a interpretação literal, não é decisiva, porque "rubrica legi non est lex" (Serpa Lopes, *Curso de direito civil*, v. 1, 2. ed., Freitas Bastos, 1957, p. 152).

O art. 18 da Lei nº 10 168, de 1968, quer em interpretação literal, quer em interpretação lógica, não pode ser tido como concedendo aumento de vencimentos, mas da repartição de uma vantagem entre servidores que já faziam jus a ela.

Ora, é muito comum que uma lei cuide de outros assuntos fora de sua rubrica e ninguém pode afirmar, em sã consciência, e de boa-fé, que o art. 31 da mesma lei, que criou cargos, estivesse também dispondo sobre aumentos de vencimentos. Logo,

com base no inciso legal examinado o inativo nada poderia pretender.

Por outro lado, o art. 3º do Decreto-lei nº 171, de 1969, não foi além de tornar a vantagem em questão provisória, não se aplicando aos inativos. Somente com o advento do Decreto-lei Complementar nº 13, de 1970, foi a vantagem incorporada para efeito de enquadramento do servidor na Lei de Paridade.

Logo, *data venia* da douta maioria, se quisesse ser muito liberal, somente a partir deste último diploma legislativo poderia extrair alguma vantagem para o inativo.

Todavia, o que é preciso considerar é que por força de mandamento constitucional o servidor não pode perceber vencimentos superiores na inatividade aos da atividade e, ressalvados os aumentos gerais, para corrigir a desvalorização da moeda, "os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários, inclusive a apresentação do requerimento, quando a inatividade for voluntária" (Súmula nº 359).

A lei pode dar uma vantagem ao servidor em atividade, sem estendê-la ao inativo (o que não pode é fazer o inverso), como foi, por exemplo, o Regime de Dedicção Exclusiva. Somente se aplicará tal vantagem ao inativo se tiver o caráter geral, por força da Constituição paulista.

Todavia, cabe ao legislador definir o que é vantagem geral, não podendo o Poder Judiciário, à míngua de lei expressa, distribuir benesses, a pretexto de analogia, equidade ou isonomia.

Por estas razões, *data venia* da douta maioria, dava provimento aos recursos oficial e da Fazenda do Estado, prejudicado o recurso do autor; para efeito de julgar improcedente o pedido, com reversão dos ônus do sucumbimento. Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Geraldo Roberto.